

**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS**COMANDANTE**  
**DAN**  
DEPUTADO ESTADUAL**PROJETO DE LEI Nº 194/2024****AUTOR: DEPUTADO COMANDANTE DAN**

Estabelece diretrizes para promover a participação popular na prevenção e repressão qualificada de crimes, bem como na investigação de infrações, por meio do fornecimento de informações às autoridades de segurança pública estaduais - "Lei de Incentivo à Participação Popular".

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS DECRETA:**

**Art. 1º** Fica estabelecido o oferecimento de incentivos como forma de promover a participação popular na prevenção da violência, na repressão qualificada e na investigação de crimes, mediante o fornecimento de informações às autoridades de segurança pública estaduais, no Estado do Amazonas.

**§1º** Os incentivos mencionados neste artigo poderão ser concedidos sob a forma de pecúnia, sendo que a alocação de recursos para este fim será assegurada através de doações, parcerias, emendas parlamentares e de verbas orçamentárias previstas.

**§2º** Compete ao Poder Executivo designar um órgão responsável pelo recebimento das informações previstas nesta lei, garantindo-se ao colaborador o devido sigilo sobre sua identidade.

**§3º** O informante poderá ser inserido no sistema de proteção às pessoas ameaçadas, testemunhas de crimes, vítimas de violência e depoentes especiais, conforme regulamentação específica.

**§4º** Somente serão consideradas para a concessão dos incentivos as informações que sejam primordiais e efetivas para ações policiais preventivas e repressivas, bem como para a investigação e elucidação de crimes, resultando em prisões e esclarecimento dos casos. Informações vagas e imprecisas não serão passíveis de incentivos.

**Art.2º** As despesas decorrentes da aplicação desta legislação serão definidas pelo poder Executivo quando da regulamentação desta lei.

 /comandantedan  @comandantdan  (92) 99217-2023



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

COMANDANTE  
**DAN**  
DEPUTADO ESTADUAL

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PLENÁRIO RUY ARAÚJO, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em  
Manaus/AM, 20 de março de 2024.

**COMANDANTE DAN**

Deputado Estadual – Podemos/AM

 /comandantedan  @comandantdan  (92) 99217-2023

Edifício Deputado José de Jesus Lins de Albuquerque – 2º Andar  
Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950 – Parque Dez – CEP 69.050-030 – Manaus – Amazonas

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : E9A148D300101A15 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>



PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONASCOMANDANTE  
**DAN**  
DEPUTADO ESTADUAL

## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa fortalecer o elo entre a comunidade e as autoridades de segurança pública, reconhecendo a importância da participação popular na prevenção e combate à criminalidade.

A instituição de incentivos financeiros para aqueles que contribuem com informações relevantes não apenas aumentará a eficácia das ações policiais, mas também incentivará a colaboração cívica na construção de uma sociedade mais segura e justa.

Ademais, a regulamentação detalhada dos critérios para concessão dos incentivos garantirá transparência e eficiência na gestão desses recursos, assegurando que sejam utilizados de forma responsável e eficaz.

Sabendo que a segurança pública, como sendo um dever do Estado, e direito e responsabilidades de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme prevê o Art. 144 da Constituição Federal.

Art. 144. **A segurança pública**, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados.

Além disso, o Estado tem a prerrogativa de garantir o **direito de segurança**, conforme prevê o art. 5º, “caput” de nossa carta magna.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à **segurança** e à propriedade. (grifo nosso)

A presente proposição não remodela ou cria atribuições, aos órgãos do poder executivo, que no caso é a Secretaria Estadual de Segurança Pública, não implicando na criação de cargos ou alteração de estrutura da Administração Pública, e assim não se inserindo na competência privativa do Chefe do Executivo, podendo integrantes do parlamento iniciar o processo legislativo, conforme art. 61 da Constituição Federal:

 /comandantedan  @comandantdan  (92) 99217-2023



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

COMANDANTE  
**DAN**  
DEPUTADO ESTADUAL

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Este dispositivo é de reprodução compulsória pelo Estados, no Amazonas, a Constituição Estadual, reproduziu em seu artigo 33.

Com efeito, as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição Federal, matérias relativas ao funcionamento da Administração pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo – cabendo interpretá-las restritivamente, conforme Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 1º, 2º E 3º DA LEI N. 50, DE 25 DE MAIO DE 2004, DO ESTADO DO AMAZONAS. TESTE DE MATERNIDADE E PATERNIDADE. REALIZAÇÃO GRATUITA. EFETIVAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. **LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE CRIA DESPESA PARA O ESTADO-MEMBRO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL NÃO ACOLHIDA.** CONCESSÃO DEFINITIVA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. QUESTÃO DE ÍNDOLE PROCESSUAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO I DO ARTIGO 2º. SUCUMBÊNCIA NA AÇÃO INVESTIGATÓRIA. PERDA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO III DO ARTIGO 2º. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINAR O RESSARCIMENTO DAS DESPESAS REALIZADAS PELO ESTADO-MEMBRO. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO IV DO ARTIGO 2º. AFRONTA AO DISPOSTO NO ARTIGO 61, § 1º, INCISO II, ALÍNEA E, E NO ARTIGO 5º,

/comandantedan @comandantdan (92) 99217-2023

Edifício Deputado José de Jesus Lins de Albuquerque – 2º Andar  
Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950 – Parque Dez – CEP 69.050-030 – Manaus – Amazonas

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : E9A148D300101A15 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

COMANDANTE  
**DAN**  
DEPUTADO ESTADUAL

INCISO LXXIV, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL.

1. Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. **Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo.** As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no artigo 61 da Constituição do Brasil --- matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes.
2. Reconhecimento, pelas Turmas desta Corte, da obrigatoriedade do custeio do exame de DNA pelo Estado-membro, em favor de hipossuficientes.
3. O custeio do exame pericial da justiça gratuita viabiliza o efetivo exercício do direito à assistência judiciária, consagrado no artigo 5º, inciso LXXIV, da CB/88.
4. O disposto no inciso I consubstancia matéria de índole processual concessão definitiva do benefício à assistência judiciária gratuita tema a ser disciplinado pela União.
5. Inconstitucionalidade do inciso III do artigo 2º que estabelece a perda do direito à assistência judiciária gratuita do sucumbente na ação investigatória que tenha sido proposta pelo Ministério Público e que tenha como suporte o resultado positivo do exame de DNA. Violação do disposto no inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição de 1.988.
6. Fixação de prazo para cumprimento da decisão judicial que determinar o ressarcimento das despesas

 /comandantedan  @comandantdan  (92) 99217-2023

Edifício Deputado José de Jesus Lins de Albuquerque – 2º Andar  
Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950 – Parque Dez – CEP 69.050-030 – Manaus – Amazonas

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : E9A148D300101A15 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

COMANDANTE  
**DAN**  
DEPUTADO ESTADUAL

realizadas pelo Estado- membro. Inconstitucionalidade do inciso IV do artigo 2º. 7. Ação direta julgada parcialmente procedente para declarar inconstitucionais os incisos I, III e IV, do artigo 2º, bem como a expressão "no prazo de sessenta dias a contar da sua publicação", constante do caput do artigo 3º da Lei n. 50/04 do Estado do Amazonas. (Grifo nosso)

(STF - ADI: 3394 AM, Relator: EROS GRAU, Data de Julgamento: 02/04/2007, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 15/08/2008)

No presente caso, o serviço de “disque denúncia”, já é disponibilizado pelos órgãos de segurança pública, além do que os incentivos serão realizados através de doações, parcerias, emendas parlamentares pelo Poder Executivo Estadual, e de verbas orçamentárias previstas, conforme consta na propositura.

Além do mais Lei Federal nº 13.608, sancionada em 2018, autoriza os Estados a estabelecerem serviços de recepção de denúncias por telefone e, também, a forma de recompensa pelo oferecimento de informações que sejam úteis para prevenção, repressão ou apuração de crimes ou ilícitos administrativos. Vejamos:

Art. 2º Os Estados são autorizados a estabelecer serviço de recepção de denúncias por telefone, preferencialmente gratuito, que também poderá ser mantido por entidade privada sem fins lucrativos, por meio de convênio.

Art. 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão estabelecer forma de recompensa pelo oferecimento de informações que sejam úteis para prevenção, a repressão ou a apuração de crimes ou ilícitos administrativos.

 /comandantedan  @comandantdan  (92) 99217-2023

Edifício Deputado José de Jesus Lins de Albuquerque – 2º Andar  
Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950 – Parque Dez – CEP 69.050-030 – Manaus – Amazonas

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : E9A148D300101A15 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>



PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONASCOMANDANTE  
**DAN**  
DEPUTADO ESTADUAL

Parágrafo único. Entre as recompensas a serem estabelecidas, poderá ser instituído o pagamento de valores em espécie.

Como se extrai do texto acima transcrito Estados e Municípios poderão estabelecer também recompensas em dinheiro para denúncias que levarem à solução de crimes, sendo exatamente este o objetivo da presente proposta legislativa.

Ora, prevenir crimes, sem dúvida, é melhor que remediá-los, além de que os gastos estaduais com o pagamento de recompensas serão muito inferiores aos prejuízos causados por ações criminosas.

Por outro lado, incluir mecanismos em nosso estado que efetivamente tragam informações para a elucidação do crime e principalmente o salvamento de vítimas, **são indiscutivelmente benéficos, pois incentiva o cidadão, de modo sigiloso, a denunciar a prática de crimes e a inibi-los pelos criminosos.**

É importante ressaltar que leis como a proposta para nosso Estado já são realidade em Estados como: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Ceará, também implantou tal programa, todos por meio de projetos de lei estaduais, como o ora apresentado, abaixo imagens de Lei vigentes em alguns Estados citados.

Destacando a importância desta Lei e como ela beneficia tanto as autoridades quanto a população em geral. De acordo com pesquisas realizadas nos Estados, no qual as leis nesse sentido são vigentes, as autoridades têm percebido os benefícios dessa lei, pois ela tem levado a uma solução mais rápida de casos criminais. Isso implica que os investigadores conseguem encontrar e capturar criminosos com mais eficiência, o que resulta em uma diminuição da pilha de processos e contribui para a agilidade da justiça.

Enfatizando que a população também desempenha um papel fundamental na melhoria da segurança pública das cidades. Ao participar ativamente e denunciar crimes, os cidadãos são recompensados por ajudarem a impulsionar as investigações. Esse incentivo financeiro estimula o envolvimento da sociedade, aumentando a cooperação com as autoridades e impulsionando o progresso na segurança nacional.

Essa iniciativa, encontra também respaldo no próprio Código de Processo Penal (CPP), que confere aos particulares a legitimidade para comunicar a ocorrência de crimes e indicar possíveis autores.

 /comandantedan  @comandantdan  (92) 99217-2023

PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONASCOMANDANTE  
**DAN**  
DEPUTADO ESTADUAL

O artigo 5º do CPP reconhece o direito dos particulares de comunicar à autoridade policial a ocorrência de um crime. Essa disposição legal reconhece a importância da participação ativa dos cidadãos na colaboração com a justiça criminal, permitindo que informem às autoridades competentes sobre fatos criminosos de que tenham conhecimento, contribuindo para o início das investigações. Essa possibilidade reforça a relevância da participação dos cidadãos na apuração dos crimes, colocando-os como agentes ativos na promoção da justiça.

A aprovação deste Projeto de Lei representa um avanço significativo no fortalecimento da parceria entre a sociedade e as autoridades de segurança, estabelecendo uma via de colaboração mútua na busca pela justiça e pela prevenção de crimes. **Ao incentivar a população a colaborar por meio do fornecimento de informações relevantes, estaremos aumentando as chances de êxito nas investigações criminais e contribuindo para o aprimoramento do sistema de segurança pública em benefício do povo do Estado do Amazonas.**

Dessa forma, solicito aos nobres colegas que votem a favor da aprovação do presente Projeto, reconhecendo a importância da participação da população no combate ao crime e na busca por uma segurança pública efetiva.

**PLENÁRIO RUY ARAÚJO, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus/AM, 20 de março de 2024.

**COMANDANTE DAN**

Deputado Estadual – Podemos/AM

 /comandantedan  @comandantdan  (92) 99217-2023Edifício Deputado José de Jesus Lins de Albuquerque – 2º Andar  
Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950 – Parque Dez – CEP 69.050-030 – Manaus – AmazonasCÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : E9A148D300101A15 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

DAN CAMARA - DEPUTADO(A) - EM 20/03/2024 15:12:06



Documento 2024.10000.00000.9.011861  
Data 20/03/2024



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**TRAMITAÇÃO**  
**Documento Nº 2024.10000.00000.9.011861**

**Origem**

---

**Unidade:** DEP. COMANDANTE DAN  
**Enviado por:** DAN CAMARA  
**Data:** 20/03/2024

**Destino**

---

**Unidade:** DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO  
:

**Despacho**

---

**Motivo:** ANÁLISE E PROVIDENCIAS

**Despacho:** ESTABELECE DIRETRIZES PARA PROMOVER A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA PREVENÇÃO E REPRESSÃO QUALIFICADA DE CRIMES, BEM COMO NA INVESTIGAÇÃO DE INFRAÇÕES, POR MEIO DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES ÀS AUTORIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAIS - 'LEI DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR'?